

Questão 39

Os únicos países africanos não colonizados por potências europeias no século XIX foram

- (A) a África do Sul, que vivia sob forte regime de segregação racial, e a Síria, que se manteve livre graças à forte mobilização militar dos grupos muçulmanos.
- (B) a Libéria, criada na metade do século XIX por iniciativa norte-americana, e a Etiópia, que uniu cristãos e islâmicos na luta de resistência às investidas armadas italianas.
- (C) a Argélia, que obteve sua autonomia em troca de acordos comerciais com países mediterrânicos, e Gana, onde o poderoso Império Axânti conseguiu impedir o avanço britânico.
- (D) o Marrocos, ocupado pela França apenas no século XX, e Madagascar, que conseguiu evitar invasões por meio da estruturação de um forte aparato militar marítimo.
- (E) o Egito, que se valeu de sua tradição histórica de autonomia e hegemonia regional, e Angola, que obteve sua independência de Portugal no final do século XVIII.

ALTERNATIVA D

Essa questão foi uma das mais complexas da prova, tanto pelo tema, pelo texto selecionado como pela forma como a alternativa correta foi redigida. O texto do historiador Tulio Donghi mencionava a urbanização da América Hispânica. As cidades, planejadas, geometrizadas, como se fossem um "tabuleiro" de xadrez, tinham uma grande praça ao centro. Nessa praça, estava a Igreja. Esse projeto de urbanização da Coroa espanhola dialogava com um discurso de "civilização", bastante comum nas coroas ibéricas da Idade Moderna.

Ao mesmo tempo, a cidade dinamizava o comércio, estimulava as vendas, as compras, a ida e a vinda de comerciantes. A urbe também reproduzia a hierarquia social, na medida em que os indígenas viviam mais distantes do centro, local em que se localizava a Igreja e o cabildo (prefeitura). A produção agrícola, voltada para o mercado externo, era a principal força econômica das cidades e, nesse sentido, a urbanização fazia parte de um projeto de domínio da Coroa espanhola. Ao criar as cidades e dinamizar a economia, a urbanização inseria a América na chamada "divisão internacional do trabalho", ou seja, no papel e na função que cada nação deveria ter na economia mundial.